

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRIMEIRA SEÇÃO**

**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 24 DE MARÇO DE 2010**

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA : EXMO. SR. DR. WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS  
SECRETÁRIA : Bela. CAROLINA VÉRAS

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros HAMILTON CARVALHIDO, ELIANA CALMON, LUIZ FUX, CASTRO MEIRA, HUMBERTO MARTINS, HERMAN BENJAMIN, MAURO CAMPBELL MARQUES e BENEDITO GONÇALVES, foi aberta a sessão. Ausente, justificadamente, a Exma. Sra. Ministra DENISE ARRUDA. Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

**PALAVRAS**

**O EXMO. SR. MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO:** Sr. Presidente, Srs. Ministros, peço licença à Presidência para fazer um registro que considero dos mais importantes para a história do Superior Tribunal de Justiça, que foi o passamento do ilustre Professor Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro.

Luiz Vicente Cernicchiaro honrou este Tribunal, honrou as letras jurídicas neste País, foi um dos grande penalistas que tivemos entre nós.

É justo que manifestemos o orgulho de ele pertencer ou seguir pertencendo a esta Casa, ainda depois de seu passamento. Peço a V. Exa. que faça a comunicação à família.

**O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (PRESIDENTE):** Creio que a manifestação do Sr. Ministro Hamilton Carvalhido reproduz aquele sentimento que todos sentimos, todos temos em relação ao Sr. Ministro Cernicchiaro e ao seu falecimento. Será registrado em ata.

**O EXMO. SR. DR. WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS(SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA):** Sr. Presidente, o Ministério Público também se associa às homenagens póstumas a S. Exa., pelo reconhecimento do trabalho que desenvolveu na Justiça Federal e nos Tribunais Superiores.

**QUESTÃO DE ORDEM ESPECIAL**

**O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (PRESIDENTE):** Srs. Ministros, gostaria de, antes de darmos início aos nossos trabalhos de julgamento, fazer um registro que considero importante pelo alto significado institucional. Acho que se deve fazer esse registro formalmente para que seja de conhecimento público, inclusive que possa ser divulgado pelos meios de comunicação social do Tribunal. Refiro-me a dois atos administrativos importantes, que chegaram ao conhecimento desta Presidência nos últimos dias.

O **primeiro** é o Ato nº 01/2010, da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como competência essa área de recursos especiais. Esse ato determina a suspensão da distribuição de todos os recursos de apelação

relativamente à matéria que é objeto do Recurso Especial 976.836. Acho muito importante que tenhamos presentes os considerandos desse ato administrativo.

"Considerando que o Superior Tribunal de Justiça suspendeu por meio do Recurso 976.836 a questão relativa à legalidade do repasse de PIS e Cofins nas tarifas de telefonia; segundo, aplicação do art. 42 do CDC na hipótese de eventuais repetições dos referidos valores, necessidade de detalhamento dos valores sob exame nas faturas mensais."

Depois de vários considerandos, diz:

"Considerando que a afetação dessas matérias tem repercussão preocupante para a administração do Tribunal de Justiça tendo em vista o expressivo número de pessoas atingidas - estima-se acima de um milhão - e que viriam ao Poder Judiciário reclamar a devolução dos valores, pois, em tese, cada consumidor registrado seria legitimado a ajuizar a pretensão de declaração de ilegalidade; considerando que a estrutura do Poder Judiciário não seria suficiente para atender o volume de ações individuais assim ajuizadas no curto espaço de tempo; considerando o precedente contido no REsp 111.743, Relatora originária Ministra Nancy Andrighi, Relator para o acórdão Ministro Luiz Fux, julgado em 25.02.2010 (...)." Na Corte Especial, que consideramos, embora não seja obrigatória, é recomendável a suspensão dos julgamentos.

"Considerando ser a regra, nesses casos, suspensão das apelações, tendo presente uma interpretação literal ou mesmo teleológico-sistêmica; considerando a ponderação dos interesses em disputa, tendo presente que, depois de julgado o recurso repetitivo, a tese retoma a instância **a quo** para sua adequação aos recursos sobrestados; considerando que, ao permitir a livre apreciação de centenas de milhares de apelações diante do reconhecimento de se tratar de recurso repetitivo afetado por julgamento na instância superior seria propiciar um desnecessário retrabalho; considerando que o recurso repetitivo é instrumento a serviço da cláusula pétrea da duração razoável do processo, além de que propicia efetiva concretização do princípio da isonomia; considerando ainda que durante a suspensão das apelações aceleraria o tempo de julgamento dos demais recursos, reduzindo o acervo total sem prejuízo do jurisdicionado, resolve suspender etc."

Acho essa decisão importantíssima do ponto de vista institucional, não só porque provém do Tribunal do Rio Grande do Sul, de cujo Tribunal temos precedentes que nem sempre se afeiçoam à jurisprudência do Tribunal; então, não só por isso, mas porque está valorizando justamente a importância do precedente formado em recurso repetitivo. Acho isso de uma importância institucional, quer dizer, está criando uma cultura importante sobre o recurso repetitivo.

Na mesma linha, o **segundo registro** que gostaria de fazer é a respeito da portaria da Procuradoria da Fazenda Nacional, Portaria nº 294, de março de 2010, que me foi encaminhada por ofício na data de ontem, a qual estabelece que os procuradores da Fazenda Nacional ficam autorizados a não apresentar contestação, bem como a não interpor recursos em algumas situações - e elenca uma série de situações -, entre as quais quando a demanda e/ou a decisão tratar de questão já definida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de julgamento realizado na forma do art. 543-B, repercussão geral, ou art. 543-C, do CPC, respectivamente.

Acho esse ato importante também. Sobretudo, esse ato está baseado num parecer, que vem em anexo, que revela exatamente a importância do precedente no recurso repetitivo.

O parecer diz que "o precedente judicial oriundo do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, formado nos moldes do art. 543-B e art. 543-C ostenta uma força persuasiva especial e diferenciada, de modo que os recursos interpostos contra as decisões judiciais que os aplicarem possuem chances reduzidas de êxito. Assim, critérios e política institucional apontam no sentido de que a postura de não

mais apresentar qualquer tipo de recurso ordinário ou extraordinário, nessas hipóteses, é que se afigura como mais vantajoso do ponto de vista prático para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para a Fazenda Nacional e para a sociedade". Gostaria, também, de fazer esse registro, porque essa portaria está fundada nos postulados da segurança jurídica e da previsibilidade das decisões judiciais, em face de precedente formado à luz do art. 543. A concretização desses postulados, que é um anseio social evidente, é fator decisivo na redução do grau de litigiosidade, como fica demonstrado nessa portaria.

Então, o ato da Presidência do Tribunal de Justiça e essa portaria merecem, portanto, esse registro, que é importante que se faça de público. Ele significa um reconhecimento da importância da função dos precedentes formados à luz do art. 543 como instrumento de manifestação da segurança jurídica e da previsibilidade dos julgamentos do Judiciário e o reconhecimento da força persuasiva e expansiva desses precedentes. Não vamos falar aqui em força vinculante, que pode ser mal entendido, mas é uma força persuasiva e expansiva que, mais do que nunca, está na hora de ser incorporada na nossa cultura jurídica, porque esse é o caminho de reduzir-se. Imagina-se, por exemplo, que a Fazenda Pública deixe de contestar na origem. Por outro lado, e isso é importante ressaltar, realça a nossa responsabilidade em relação aos recursos repetitivos, seja na formação desses precedentes, que devemos ter o máximo de cuidado, seja no respeito a esses precedentes; quer dizer, precisamos que esses precedentes tenham não apenas uma autoridade formal, mas uma autoridade substancial, que decorra do seu próprio conteúdo. Então, impõe-nos o dever de respeito e de muita responsabilidade na formação. Certamente, se assim cuidarmos, estaremos zelando por esse importante instrumento de formatação de um novo modelo de jurisdição, que é o recurso repetitivo. Portanto, gostaria de fazer esse registro em ata, porque, em geral, criticamos especialmente a Fazenda Pública pelo fato de recorrer sistematicamente, e é importante, neste momento, que se elogie e se manifestem congratulações por esse ato de adesão.

**O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX:** Sr. Presidente, apenas pediria a V. Exa. que fizesse distribuir esses atos administrativos para todos nós, porque, primeiro, há realmente esse primeiro aspecto muitíssimo relevante, que é uma declaração pública, por meio de um ato administrativo, de que, finalmente, esse Tribunal vai se submeter à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, porque o recurso repetitivo torna-se um nada jurídico; decidimos uma tese, baixam os autos, e eles voltam evidentemente a rejulgar. O trabalho é dobrado para eles e para nós.

Mas, aqui, há um dado muito interessante, e vou comentar só *en passant*, para dar uma satisfação pública aos Colegas. É exatamente essa a ideologia da Comissão de reforma da criação do novo Código. O que imaginamos é que não temos que ter um instrumento capaz de enfrentar um milhão de ações; o que não podemos ter são ações nesse montante, nesse volume expressivo. Então, é preciso que o sistema jurídico tenha um instrumento capaz de evitar um milhão de ações, porque um milhão de ações correspondem a um milhão de recursos. Ninguém pode prestar a Justiça num prazo razoável, com descumprimento de decisão repetitiva e com um volume desse de litigiosidade. Isso servirá, inclusive, para eu levar essa informação ao seio da Comissão.

**O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (PRESIDENTE):** A propósito desse ato, especialmente o ato da Procuradoria da Fazenda Nacional, de não contestar, ocorreu-me de propor uma modificação no Código de Processo no que se refere ao reexame necessário, porque, hoje, ele é dispensado quando a decisão estiver conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Poderíamos propor que se dispensasse o reexame necessário também quando a decisão de 1ª Instância estiver de acordo com o recurso repetitivo, porque, nesses casos, todas essas questões - um milhão de questões -, se forem contrárias à Fazenda Pública, ficariam em 1º Grau, e não haveria a necessidade de julgamento em 2º Grau. Acho uma providência importante, que poderíamos propor ao Poder Legislativo.

**O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX:** Sr. Presidente, levarei a sugestão, já adiantando que a Comissão, no seu anteprojeto, vai autorizar o Juízo a julgar o pedido **prima facie** de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a favor ou contra, dando ampla devolutividade ao recurso de apelação.

**O EXMO. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (PRESIDENTE):** Faço esse registro, também, para realçar o significado da importância dos nossos julgamentos em matéria de recurso repetitivo. Há que se ter uma autoridade intrínseca a esse julgamento, que o imunize de contestações sérias, quer dizer, termos o maior cuidado ao decidirmos recursos repetitivos, justamente para imunizar de contestações sérias para que não haja necessidade de revermos esses precedentes a toda hora, o que vai desgastar o instrumento. Se nós mesmos tivermos dúvidas sobre nossos precedentes, não podemos esperar que os jurisdicionados acolham e não recorram. Então, será muito importante que esse sistema tenha uma colaboração dos dois lados.

**O EXMO. SR. DR. WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS (SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA):** Sr. Presidente, é alvissareira a informação que V. Exa. nos traz a esta Corte, e que, em função exatamente desse dever de todos nós que integramos os serviços judiciários deste País, concorramos para colaborar com o objetivo de agilização e de respeitabilidade cada vez maior dos julgamentos desta Corte. Gostaria, por causa disso, ao levar ao conhecimento do Ministério Público Federal e do Procurador-Geral da República essa notícia, de estar com a cópia desses atos para oferecer a S. Exa. e, assim, propor uma adequação da manifestação do Ministério Público com essa nova sistemática.

### COMUNICAÇÃO

**O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (PRESIDENTE):** Srs. Ministros, a Lei dos Recursos Repetitivos, no art. 543-C, diz no § 6º que, depois de conceder vista ao Ministério Público, temos que remeter aos Colegas, antes do julgamento, cópia do relatório.

O artigo diz assim:

*"Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida a cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta."*

Então, no momento da inclusão em pauta, o relatório já deve estar disponível.

Na resolução, determinamos que se incluam também cópia das principais peças do processo, que é o que a Secretaria faz, mas ela não tem mandado o relatório porque este só é disponibilizado na véspera do julgamento.

Então, pediria aos Colegas que, quando mandassem o processo em pauta, já mandassem o relatório. Não precisa mandar o voto, mas o relatório tem que acompanhar a determinação de inclusão em pauta.

Quando o processo estiver digitalizado, a Secretaria, ao incluí-lo em pauta, em vez de mandar as peças, comunica aos gabinetes que o processo número tal, digitalizado, foi incluído em pauta como recurso repetitivo.

A única questão que ainda fica pendente é do relatório que, nesse momento, já deve estar disponibilizado.

**PROJETO DE SÚMULA Nº 715**  
**SÚMULA Nº 430**

**Decisão**

Fica aprovada a Súmula 430, com a seguinte redação:

"O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio gerente".

**PROJETO DE SÚMULA Nº 728**  
**SÚMULA Nº 431**

**Decisão**

Fica aprovada a Súmula 431, com a seguinte redação:

"É ilegal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal".

**PROJETO DE SÚMULA Nº 729**  
**SÚMULA Nº 432**

**Decisão**

Fica aprovada a Súmula 432, com a seguinte redação:

"As empresas de construção civil não estão obrigadas a pagar ICMS sobre mercadorias adquiridas como insumos em operações interestaduais".

**PROJETO DE SÚMULA Nº 744**  
**SÚMULA Nº 433**

**Decisão**

Fica aprovada a Súmula 433, com a seguinte redação:

"O produto semi-elaborado, para fins de incidência de ICMS, é aquele que preenche cumulativamente os três requisitos do art. 1º da Lei Complementar nº 65/91".

**PROJETO DE SÚMULA Nº 747**  
**SÚMULA Nº 434**

**Decisão**

Fica aprovada a Súmula 434, com a seguinte redação:

"O pagamento da multa por infração de trânsito não inibe a discussão judicial do débito".

Encerrou-se a sessão às 18h40min. tendo sido julgados 80 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 24 de março de 2010.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI  
Presidente da sessão

Carolina Vêras  
Secretária